

A IMPORTÂNCIA DOS MATERIAIS ADAPTADOS NO ENSINO DO ALUNO SURDO E DEFICIENTE INTELECTUAL

*THE IMPORTANCE
OF ADAPTED MATERIALS
IN TEACHING DEAF AND
INTELLECTUALLY DISABLED
STUDENTS*

FRANCIMARA CABRAL CAMPOS
MARISE GONÇALVES COSTA
WILLAS DIAS COSTA

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo considerar a importância dos materiais adaptados no ensino do aluno surdo com deficiência intelectual. Essa temática é relevante para o meio acadêmico devido à discussão e à problemática levantada na consolidação de políticas públicas na área da educação especial na perspectiva inclusiva, dos educandos surdos com condições associadas. Resolvemos adotar esta temática para o debate por sempre estarmos observando quando assessoramos as escolas e percebemos a falta do uso desses materiais no ensino do aluno surdo, sendo que o surdo tem como principal canal de aprendizagem a percepção visual e tátil, e a não utilização desses recursos acarreta grandes prejuízos em sua aprendizagem. Na educação de surdos com deficiência intelectual, exige-se que os professores tenham um olhar direcionado para novas estratégias e metodologias de ensino eficazes, que alcancem o aprendizado dessa clientela, considerando sempre uma educação bilíngue, fazendo uso de materiais visuais e diferenciados, levando sempre em consideração o tempo necessário de aprendizado do aluno.

Dentre as fontes deste estudo, são privilegiados os documentos oficiais do MEC, a Constituição Brasileira de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 e livros de autores na área da perspectiva inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão. Surdo. Deficiência intelectual. Materiais adaptados.

ABSTRACT

This essay aims to consider the importance of adapted materials in teaching deaf students with intellectual disabilities. This theme is relevant for the academic environment due to the discussion and the problem raised in the consolidation of public policies in the Special Education area in the inclusive approach, of deaf students with associated conditions. We decided to adopt this theme for the debate because, when advising schools, we noticed the lack of use of those materials in the education process of deaf students, as the deaf has visual and tactile perceptions as their main learning channel, and the non-use of these resources causes great damage to their learning. The education of deaf people with intellectual disabilities requires teachers to be up-to-date with new effective teaching strategies and methodologies, which reach the learning of this clientele, always considering a bilingual education, making use of visual and differentiated teaching materials and, always taking into account the student's learning time. The most important sources for this study are MEC (Brazilian Ministry of Education) official documents, the Brazilian Constitution of 1988, the Law of Guidelines and Bases of National Education 9394/96, and books by authors in the inclusive approach area.

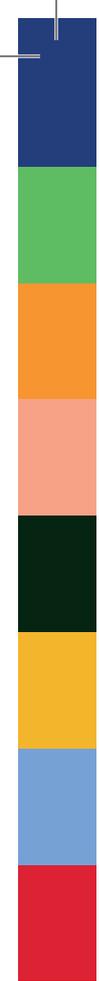
Keywords: Inclusion. Deaf. Intellectual disability. Adapted materials.

DÉLIO HENRIQUE DELFINO DE OLIVEIRA

Professor de Educação Especial Libras do CAS Natal RN.
É Psicólogo Clínico e licenciado em Letras Libras

ANA KEILA LOPES GOMES

Diretora do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) Natal/RN. Pedagoga e licenciada em Letras Libras



INTRODUÇÃO

Quando abordamos a temática da inclusão escolar, abre-se espaço para a discussão sobre políticas inclusivas, centra-se em dois eixos da organização sociopolítica e os direitos individuais do público a que se destina. A questão é mais complexa do que se imagina: de um lado temos o governo com a demanda de criação de Leis e normas que se encaixem em padrões de indivíduos; de outro lado, a sociedade civil que compreende grupos de pais e pessoas com ou sem deficiência que querem ser ouvidos e atendidos. E no meio desse debate tem a escola que, em muitos momentos, deveria ser vista como protagonista dessa discussão, mas fica, na verdade, absorvendo essas demandas. Nesse sentido, a “escola sofre pressões para acompanhar novos tempos e lidar melhor com a diversidade do público que deve atender” (PAULON, 2007).

A efetivação de uma educação inclusiva neste contexto não é uma tarefa fácil, pois envolve um Estado que tenta organizar uma política pública que tenha um caráter de universalidade, garantindo acesso a todos os seus cidadãos que delas necessitam; “é necessário que todos os agentes institucionais percebam-se como gestores e técnicos da educação inclusiva” (PAULON, 2007, p. 23) .

Na organização deste texto foram abordados alguns temas determinantes no debate sobre o atendimento do aluno surdo com deficiência intelectual, conceitos sobre deficiência múltipla, especifi-

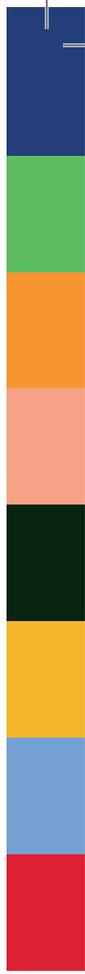
cando a surdez e a deficiência intelectual, práticas pedagógicas no ensino do aluno surdo no sistema regular de ensino. Foram utilizados documentos legais nacionais que ratificam o compromisso com a educação dessas populações: a Constituição da República Federativa do Brasil (CF 88), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) e a Política Nacional de Educação (PNEE). Também utilizamos, neste ensaio, autores que discutem a temática da educação inclusiva no âmbito escolar, em contexto nacional, como Mazzota (1993), Dantas (2018), Daxemberger (2018) e Quadros (2004). Com base nessas abordagens, concretizamos nosso debate na importância do uso de materiais adaptados em LIBRAS no ensino do aluno surdo com deficiência intelectual, sendo este o público que encontramos nas escolas regulares e que muitas vezes ficam invisíveis aos olhos do professor e de toda comunidade escolar. A adoção de estratégias por parte do professor que incluam esse aluno é fundamental para a concretização da inclusão que tanto almejamos.

OBJETIVO GERAL

Demonstrar a importância dos materiais adaptados ao ensino do aluno surdo e com deficiência intelectual.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Evidenciar o contexto histórico educacional que envolve o sujeito surdo e com deficiência intelectual e suas necessida-



des de recursos adaptados.

Demonstrar técnicas de práticas pedagógicas no ensino ao aluno surdo com deficiência intelectual.

REFERENCIAL TEÓRICO

Quando observamos ao longo da história, é possível perceber como foi difícil, e continua sendo, a convivência em sociedade, principalmente para as pessoas que não se enquadram nas expectativas de normalidade estabelecidas como padrões sociais, como: ser capaz de andar, de falar ou de desenvolver algum tipo de trabalho. A sociedade valoriza o que culturalmente se convencionou como belo, sadio, forte, eficiente e produtivo. Dentro desta perspectiva, quem possui estas características é considerado um ser normal. Os indivíduos que não se enquadram nesses padrões e que apresentam alguma anomalia, seja ela congênita ou adquirida, são pessoas que não poderiam estar convivendo com as demais, privando-as de todo e qualquer convívio, sendo depositados em lugares insalubres que não favoreceriam sua autonomia e desenvolvimento.

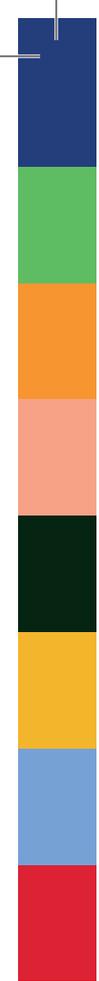
Outra forma de pensamento em relação à deficiência estava ligada ao sobrenatural, aliado ao senso comum, principalmente na época em que a igreja católica encucava em seus fiéis, a ideia de que Deus era símbolo de perfeição física e mental. Com base na ideia de "perfeição" e "segregação", os deficientes foram perseguidos, mortos e marginalizados

socialmente, visto que eram designados como manifestações demoníacas. E como os seres humanos temem tudo o que é desconhecido, os deficientes sofreram as mais diversas atrocidades, sendo por ignorância ou por preconceito.

Com o desenvolvimento da medicina, nos séculos XVI e XVII, o pensamento humano começou a receber novas influências, adotando posturas mais concretas, descobrindo causas orgânicas relacionadas às deficiências. Com esse pensamento, buscou-se a cura dessas deficiências e transtornos, com introdução medicamentosa, terapias com choque etc. Hoje sabemos que muitos desses tratamentos agravam ainda mais a vida dessas pessoas.

A partir do século XIX, surgiram os primeiros movimentos e começaram a inspirar-se em experiências concretizadas na Europa e nos Estados Unidos, passando a organizar serviços de atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos. Tais iniciativas despertaram "o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional dos portadores de deficiências" (MAZZOTTA, 1993, p. 27).

No Brasil, a política educacional de inclusão só ocorreu no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta, do século XX. Com a implementação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61, assegurou-se o direito dos excepcionais à educação, que em seu Artigo 88 afirma que a sua educação deve ocorrer com a utilização



dos mesmos serviços disponíveis à população em geral.

Na década de 70, com a visita de Ivette Vasconcelos, educadora de surdos da Universidade Gallaudet, chegou ao Brasil a filosofia da Comunicação Total e, na década seguinte, a partir das pesquisas da Professora Linguista Lucinda Ferreira Brito, sobre a Língua Brasileira de Sinais, e da Professora Eulália Fernandes, sobre a educação dos surdos, o Bilinguismo passou a ser difundido. Atualmente, a educação bilíngue está em processo de implementação e expansão.

Segundo Mazzotta (1993), em 1971, a educação especial é novamente explicitada na LDB 5.692/71, colocando a questão das necessidades educacionais dos excepcionais como um caso de ensino regular, apresentando a educação como uma condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início, dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

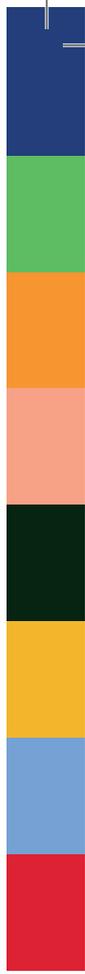
Segundo o autor, em 05 de outubro de 1988, foi promulgada a nova Constituição brasileira; com isso, o Brasil deu um grande salto no que diz respeito à inclusão, uma vez que em seu Artigo 205 assegura que "A educação é direito de todos, sendo dever do Estado e da família", promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, desenvolvendo as pessoas, preparando-as para o exercício da cidadania e qualificando-as para o trabalho.

A Lei supracitada recomenda a integração do deficiente na rede regular de

ensino, afirmando em seu art. 208, no Capítulo III que "haverá atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências preferencialmente na rede regular de ensino" (JOELISE et al., 2007). Com a Constituição de 1988, o portador de necessidades educacionais especiais passou a ter o direito a uma matrícula efetiva no ensino regular, mas isso não foi o suficiente para diminuir o número de ensinos em escolas especiais no país.

Entre 7 e 10 de junho de 1994, ocorreu na Espanha a Conferência Mundial de Educação Especial. Desse encontro resultou a Declaração de Salamanca e o Brasil adotou tais propostas, reafirmando o direito à educação para todos. Porém, no que se diz respeito à qualidade educacional, "o Brasil ainda continua com esse desafio de atingir escolas para todos, mas não educação para todos" (ANDRADE apud FERREIRA, 2005, p.05). Os números de estruturas escolares aumentaram nas últimas décadas, mas a educação com qualidade ainda continua a ser um objetivo almejado.

Ao longo da história, percebeu-se que o Brasil buscou adequar-se às demandas ocorridas na sociedade no decorrer dos anos, principalmente no que se refere à inclusão, fato que se reflete na legislação educacional, com a reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, no qual o Capítulo V é integralmente dedicado à Educação Especial. Pressupostos que garantem o acesso e a permanência desse indivíduo no ensi-



no regular, pois, até então, a Constituição lhes assegura o direito a ingressar na escola, mas não a permanência adequada.

Com a LDB, a pessoa com necessidades educacionais especiais, adquiriu o direito aos serviços especializados. Estes serviços compreendem a utilização da sala de recursos e o uso de metodologias e ferramentas que facilitem o acesso ao currículo. A Lei nº 9394/96, em seu Artigo 58, entende a educação especial como: “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (LDB, 1996, art.58, p.157). E o parágrafo 1º dessa Lei abrange um amplo atendimento no que se refere à educação especial: “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial” (LDB, 1996, pr.1º. p. 157).

Ainda sobre legislação educacional, aprofundando para o atendimento à pessoa com surdez, deficiência auditiva, surdocegueira, ocorreu a alteração da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos, passando a vigorar a Lei Nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, acrescida do Capítulo V-A: DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS. Art.60-A

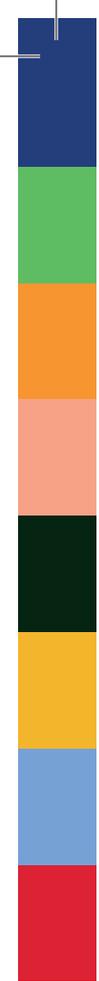
Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais

(Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva, simpatizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos. (BRASIL, 2021)

Atualmente esta lei vem para fortalecer um anseio da Comunidade Surda, que por muitos anos ficou silenciada, pela falta de políticas públicas que compreendessem a necessidade dessas pessoas. A Língua Brasileira de Sinais não é só uma forma de se comunicar, tem uma estrutura linguística assim como qualquer outra língua, por isso a necessidade de estar em contato desde o nascimento para que se adquiram tais conhecimentos linguísticos.

Quando trabalhamos com crianças e jovens com duas deficiências associadas, precisamente, pessoas com surdez e deficiência intelectual, percebemos claramente os indivíduos que foram expostos a estímulo e indivíduos que não o receberam. Esta estimulação na área da linguagem, que seria a LIBRAS, e atividades de desenvolvimento psicomotor são fundamentais para o desenvolvimento das primeiras aprendizagens, às quais essas crianças e jovens deveriam ser expostos.

Quando chegam ao período de escolarização, esses alunos devem ser expostos a estímulos visuais recorrentes, no sentido de trabalhar sua memória visual, com



significados, para que consigam contextualizar com sua realidade.

Os docentes que proporcionam aos alunos surdos e com deficiência intelectual a oportunidade a um nível de compreensão maior para expressar suas inquietações através de jogos, brincadeiras e materiais didáticos adaptados estão oportunizando aos estudantes melhores formas de aprender e expressar seus sentimentos.

Dantas e Daxenberger (2018, p.10),

Destacam a importância dos materiais criativos a serem utilizados, como as roletas e jogos silábicos, que servem para a identificação e compreensão das sílabas; quebra-cabeça, usado para aguçar a memorização; vocábulos, jogos dos sinônimos, para aperfeiçoar e expandir seu dicionário pessoal; e outros que podem ser utilizados.

Tudo isso é recomendado no processo de ensino dos alunos surdos e com deficiência intelectual, pois entende-se que essa forma de ensinar facilita o aprendizado.

Todos esses materiais e jogos adaptados em LIBRAS consideram-se distintas possibilidades visuais de ensino para os estudantes surdos e com deficiência intelectual, que são utilizadas em consonância com a didática da LIBRAS, sendo eficazes no aprendizado dos alunos, principalmente nas séries iniciais, tendo como premissa a ideia de que quando se parte do concreto para o abstrato, a aprendizagem fica mais clara e facilita a interna-

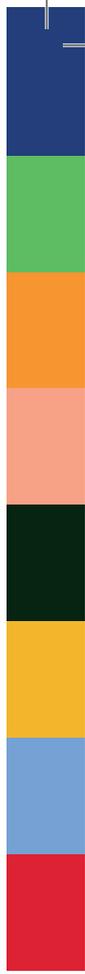
lização.

Neste sentido, Oliveira e Cardoso (2011, p. 3070) apontam, por sua vez, que o uso de Dicionário Temático Ilustrado – contendo palavras–, adicionando os sinais de LIBRAS, ideias, usando conceitos que se relacionam aos temas vividos no cotidiano, também exemplificam tipos de recursos adaptados para os alunos.

De acordo com Ausubel (2003), essa proposta é voltada para o processo educacional do aluno surdo com deficiência intelectual, na qual se determina que os conhecimentos adquiridos pelos alunos são denominados conhecimentos prévios e que façam parte deste contexto de aprendizagem significativa, mas isso só ocorre no momento em que uma nova informação se transforme em conceitos ou proposições relevantes, preexistentes na estrutura cognitiva do aluno. Assim é a estrutura da mente humana, em vários níveis de conhecimento, que constantemente faz assimilação de outros novos conceitos até chegar à aprendizagem significativa para a fase.

Nesse caso, onde os alunos necessitam de materiais facilitadores para acontecer a aprendizagem significativa, é necessária a utilização de material potencialmente significativo, como os materiais adaptados, para que haja uma relação e estabelecimento do novo conhecimento com aquele já existente e, só assim, acontecerá esta aprendizagem.

Outro ponto importante a ser trabalhado são os materiais concretos que, se uti-



lizados de forma certa, alcançam excelentes pontos positivos. Ao usar essa técnica de materiais concretos, o professor deve deixar o estudante manusear o objeto em estudo, em seguida explicar o significado e os sinais em LIBRAS do referido objeto; com isso, o aluno amplia seu vocabulário, enriquece a escrita na Língua Portuguesa e os sinais em LIBRAS. Reily expressa que: "Se a palavra é para todos, a imagem também tem de ser" (2006, p.26). Nessa perspectiva sobressaem-se a importância do uso de imagens e materiais concretos no ensino dos estudantes.

Outro material necessário e de grande valia são os jogos adaptados em LIBRAS. Eles cumprem um papel fundamental nas atividades pedagógicas e sociais dos estudantes. Os jogos são formas de prazer no cotidiano escolar dos educandos, nos quais estão presentes as vivências sociais de cada um. São também uma fonte de conhecimento sobre o mundo e de si mesmo, distraem a mente e minimizam o preconceito na escola. É um recurso facilitador para a aprendizagem, ajuda na atuação dos estudantes surdos com condições associadas, assim como entre os ouvintes, nas tarefas de construção de significados sobre o aprendizado dos conteúdos.

Os jogos são formas mais prazerosas de aprender e facilitam a aprendizagem de todos os estudantes, valorizam a autonomia; são algumas das atividades que privilegiam os recursos visuais, melhoram o relacionamento entre as pessoas, esti-

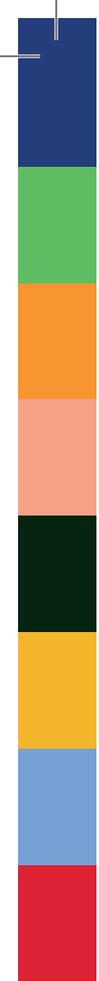
mulam o cognitivo tornando-se aliados prazerosos no momento de aprender os conteúdos. As crianças apresentam um melhor desempenho e melhores atitudes frente aos seus processos de conhecimentos. Veja o que diz a autora Quadros:

Considerando a percepção visual, principal via de acesso ao conhecimento para os surdos e aspectos que valorizam o papel ativo do sujeito como construtor de seu conhecimento, e que valorizam o meio como desencadeador desta construção, destaco o valor dos jogos (2004).

É necessária a busca de novas práticas pedagógicas frente às necessidades existentes dos alunos surdos e com deficiência intelectual e, assim, melhorar e ampliar seus conhecimentos existentes, valorizando suas habilidades, respeitando seus limites e possibilitando novos conhecimentos a partir de utilização de materiais concretos como os jogos adaptados em LIBRAS e outras formas de facilitar o aprendizado.

Os cartazes adaptados em LIBRAS são outros recursos que favorecem o aprendizado do aluno surdo com deficiência intelectual. São facilitadores no repasse de conteúdos por parte dos professores. Os cartazes fixados nas paredes das salas de aula dão suporte para o estudante, no momento em que ele esquece do conteúdo. Nesse ínterim ele pode recorrer aos cartazes que estão expostos.

Na educação de surdos com deficiência intelectual, exige-se que os professo-



res tenham o olhar focalizado para novas estratégias e metodologias de ensino eficazes, que alcancem o aprendizado dessa clientela, considerando sempre uma educação bilíngue, fazendo uso de materiais visuais e diferenciados, levando sempre em consideração o tempo necessário de aprendizado do aluno.

Outra estratégia são as adaptações das atividades a serem trabalhadas com os alunos surdos às quais os professores devem ter um olhar bem criativo, uma sensibilidade tamanha para dar a esses alunos a oportunidade de compreensão das duas línguas, a Língua Brasileira de Sinais (L1) como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua (L2), facilitando o aprendizado da leitura e da escrita, reconhecendo os significados do que se lê, aprendendo a LIBRAS e a escrita na Língua Portuguesa.

É necessário que o aluno surdo com deficiência intelectual se conscientize de que tem necessidade de assumir sua Identidade Surda e de que necessita da Língua de Sinais, usando a LIBRAS como língua própria, na perspectiva de construção de seu conhecimento. Utiliza-se ainda da percepção visual, principalmente como meio de acesso a novos aprendizados. Com isso destaca-se a importância dos jogos didáticos e materiais adaptados em Libras para os surdos e com deficiência intelectual, na perspectiva de avanços significativos no processo de educação dos estudantes.

Portanto, destaca-se a importância o uso dos materiais adaptados em Libras os

quais tornam-se uma metodologia adequada e eficaz em seus diversos níveis, para o ensino do aluno surdo com deficiência intelectual, assim, garantindo aos estudantes o direito de uma educação pautada nos princípios da equidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola inclusiva é o lugar que deve proporcionar a diferença. Sua ação deve centrar-se em uma pedagogia que coloque em discussão e constante reflexão suas práticas pedagógicas, buscando a participação de todos. Não é fácil adotar tais mudanças; também não é só tarefa do professor que está com aquele aluno. O professor pode e deve criar condições de uma ação pedagógica inclusiva, mas somente será efetivado quando toda a escola participar. Ficamos refletindo quando chegará o momento da adoção de tais posturas, para que os alunos surdos com outros comprometimentos tenham acesso a um currículo inclusivo; que na prática não se pregue um discurso e se realize uma ação contrária. "É patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas compatíveis com a inclusão" (RAPOLI, 2010, p.9). Resolvemos adotar esta temática para o debate, por sempre a estarmos observando quando assessoramos as escolas e percebemos a falta do uso desses materiais no ensino do aluno surdo, sendo que o surdo tem como principal canal de aprendizagem a

percepção visual, tátil e a não utilização desse recursos acarreta grandes prejuízos em sua aprendizagem. Espera-se com este trabalho contribuir com as reflexões que envolvem o sujeito surdo com deficiência intelectual

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos**. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2003.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 16 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994: Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 13 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei nº. 14.191, de 03 de agosto de 2021**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS e dá outras providências. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 11 out. 2009.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil** - Leitura Crítico-compreensiva: artigo a artigo. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DANTAS, Jailma da Costa Silva; DAXENBERGER, Ana Cristina Silva. **A importância da adaptação de recursos didáticos na educação de surdos**. Disponível em: http://www.pgletras.uerj.br/linguistica/textos/livro08/LTAA8_a09.pdf. Acesso em:

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil**: história e política públicas. São Paulo: 1993. 208p.

OLIVEIRA, Fátima Inês Wolf De. CARDOSO, Luciana Santana. **Recursos didáticos adaptados para alunos com surdez**: Sugestões compartilhadas por uma bolsista PIBID. VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina de 08 a 10 novembro de 2011 - ISSN 2175-960X – Pp. 3066-3074. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/NOVAS_T

ECNOLOGIAS/283-2011.pdf . Acesso em: 14 abr. 2020.

QUADROS, R. M. Educação de Surdos: Efeitos de modalidade e práticas pedagógicas. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; WILLIAMS, L. C. A. (org.). **Temas em Educação Especial IV**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2004. p. 55-61.

REILY, L. **Escola inclusiva**: Linguagem e mediação. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. V1. Coleção A educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar.